

# Suprema Corte manda Trump entregar declarações de renda

Ex-presidente dos EUA é suspeito de fraudes bancárias, fiscais e de seguros

WASHINGTON | REUTERS A Suprema Corte dos EUA emitiu uma ordem nesta segunda (22) exigindo que o ex-presidente Donald Trump entregue suas declarações de imposto de renda e outros registros financeiros a um promotor em Nova York, que conduz investigação criminal contra o republicano. A ordem do tribunal representa uma derrota decisiva para Trump, que falhou em sua última tentativa de proteger seus registros financeiros — a decisão desta segunda é uma resposta a um pedido por sigilo feito pelos advogados dele em 7 de novembro. O escritório do promotor democrata de Manhattan Cy-

rus Vance travou uma batalha judicial para exigir que a empresa de contabilidade de Trump, a Mazars USA, obedecesse a uma intimação que pedia acesso a oito anos de seus registros financeiros. A investigação de Vance, que começou há mais de dois anos, surgiu para apurar os pagamentos feitos pela empresa de Trump para comprar o silêncio de duas mulheres que disseram ter mantido relações sexuais com o republicano — a ex-atriz pornô Stormy Daniels e a ex-modelo da Playboy Karen McDougal. Trump nega as acusações. Em um depoimento ao Congresso em 2018, o advogado

particular do ex-presidente, Michael Cohen, chegou a admitir que pagou as duas mulheres, mas que o fez com recursos próprios, um mês antes da eleição, numa "transação privada" e que não envolveu membros da campanha do republicano. Em recentes processos judiciais, porém, o promotor sugeriu que a investigação agora é mais ampla do que inicialmente anunciada — incluindo fraudes bancárias e fiscais, além de falsificação de registros comerciais. Vance citou reportagens que mostram que o presidente inflou seu patrimônio líquido e o valor de suas propriedades, além de publicações sobre o

depoimento de Cohen, em que ele também afirmou que Trump teria cometido fraude de seguros. Cohen foi preso, condenado por sonegação de impostos e por mentir no Congresso. Também foi considerado culpado pela compra do silêncio das duas mulheres. Para tentar reduzir sua sentença, o advogado ofereceu informações aos investigadores que pudessem comprometer Trump e sua família, incluindo no caso relacionado à acusação de interferência russa na disputa presidencial de 2016. O advogado trabalhou para a Organização Trump por uma década e insiste que todos os atos pelos quais foi condenado

ocorreram a mando do presidente. Ao contrário de todos os outros presidentes recentes dos EUA, Trump se recusou, durante seus quatro anos no cargo, a tornar públicas suas declarações de impostos. Essa falta de transparência dá margem para especulações sobre o verdadeiro volume de sua riqueza e possíveis conflitos de interesses. Uma investigação do New York Times, publicada no ano passado, mostrou que Trump pagou apenas US\$ 750 (R\$ 4.110 na cotação atual) em impostos federais em 2016, ano em que ganhou as eleições presidenciais. O jornal teve acesso a dados de quase 20 anos de declarações fiscais dele. Segundo a reportagem, Trump não pagou nenhum imposto sobre a renda em 10 dos 15 anos avaliados, em grande parte porque declarou mais perdas do que receitas. O jornal obteve informações fiscais federais de 2000 a 2017, tanto do presidente quanto de suas empresas. Para obter os abatimentos, Trump declarou grandes perdas financeiras. Há dúvidas, no

entanto, se os prejuízos foram reais ou se eram apenas estratégia para abater impostos, prática permitida nos EUA. Empresário que fez fortuna no ramo imobiliário, Trump foi o primeiro bilionário a se tornar presidente dos EUA. Vance emitiu uma intimação para a Mazars em agosto de 2019 buscando as declarações de impostos corporativos e pessoais de Trump de 2011 a 2018. Os advogados de Trump entraram com uma ação para bloquear a intimação, argumentando que, como presidente em exercício, Trump tinha imunidade absoluta de investigações criminais estaduais. A Suprema Corte, de maioria conservadora, incluindo três nomeados por Trump, já havia decidido, em julho do ano passado, que ele não estava imune às investigações por ser presidente. Os advogados de Trump então argumentaram perante tribunais inferiores que a intimação era excessivamente ampla e equivalia a assédio político, mas tiveram suas reivindicações rejeitadas.

## MIANMAR TEM GREVE GERAL E GRANDES PROTESTOS MESMO APÓS AMEAÇAS DO GOVERNO



Uma greve geral contra o golpe militar em Mianmar fechou empresas nesta segunda (22), e grandes multidões protestaram em várias cidades. Os atos, os maiores desde a tomada de poder, segundo o Washington Post, foram

realizados mesmo após a junta militar advertir que os ativistas correm risco de morte ao irem a manifestações. A data foi escolhida por ter cinco números dois: "22/2/2021", e ativistas viram relação disso com "8/8/1988", dia de grandes



Ye Aung Thu/AFP



Mladen Antonov/AFP

protestos contra outro regime militar. Em Naypyitaw, canhões de água disparados pela polícia interromperam uma marcha. Em Rangoon, manifestantes sentaram no chão e exibiram bandeiras de apoio à líder deposta, Aung San Suu Kyi.

# Ação nos EUA liga indústria do cacau a trabalho infantil na África

Fernanda Mena

SÃO PAULO Uma ação civil pública ajuizada na Justiça federal dos EUA há dez dias tem tudo para transformar um prazer gastronômico — o de comer chocolate — num debate político e indigesto. A ação pretende levar ao banco dos réus sete das maiores fabricantes de chocolate do planeta por ligações com o tráfico de crianças e a exploração do trabalho infantil na África Ocidental, não raro em condições análogas à escravidão. Nestlé, Mars e Hershey, além de Cargill, Mondelez, Olam e Barry Callebaut, foram citadas na peça elaborada pela organização de direitos humanos International Rights Advocates (IRA). A autora da ação representa oito jovens do Mali que afirmam ter sido sequestrados para a vizinha Costa do Marfim e forçados a trabalhar em fazendas de cacau em condições degradantes e perigosas, como o uso de facões e a aplicação de pesticidas. A Costa do Marfim é uma das maiores produtoras de cacau do mundo, ao lado de Gana. Juntos, os dois países africanos somam cerca de 60% da produção mundial de cacau, principal matéria-prima do chocolate. Essa é a primeira vez que a indústria do chocolate é alvo deste tipo de ação no sistema de Justiça dos EUA. O texto argumenta que essa ação não poderia ocorrer no Mali — a terra natal das vítimas hoje governada por uma

junta militar após golpe em agosto de 2020 — porque não há legislação local que permita a eles a busca de reparação contra corporações internacionais. O documento alega ainda que a causa não poderia acontecer também na Costa do Marfim, "onde o sistema de Justiça é notoriamente corrupto e incapaz de responder ao clamor de crianças estrangeiras contra grandes corporações do chocolate que geram receitas para o país". Segundo o IRA, há décadas as gigantes do chocolate globalizado se beneficiam de um sistema de exploração infantil, sustentado num regime semelhante ao do trabalho escravo, para ampliar margens de lucro sem a respectiva responsabilização. "Desde 2001, essas empresas não podem fugir das evidências esmagadoras de suas relações comerciais com fazendas de cacau que escravizam crianças", afirma Terrence Collingsworth, diretor executivo do IRA. Naquele ano, lembra Collingsworth, algumas das empresas assinaram um acordo internacional liderado por senadores democratas no qual as empresas admitiam o problema e se comprometiam a erradicar as piores formas de trabalho infantil de sua cadeia produtiva até 2005. Vinte anos depois, aquela realidade pouco mudou e o compromisso das empresas com a mudança dessas violações de direitos humanos teve prazo prorrogado, a pedido das mesmas, por três vezes. "Agora dizem que vão reduzir em 70% o uso de crianças escravizadas só até 2025", aponta o diretor do IRA. "Ao fazer isso, essas empresas fornecem um apoio substancial às fazendas escravagistas, incitando a continuidade dessa prática horrível". Um estudo encomendado pelo Ministério do Trabalho dos EUA ao Centro de Pesquisa em Opinião Nacional (Norc, na sigla em inglês), da Universidade de Chicago, apontou que 1,56 milhão de crianças de 5 a 17 anos trabalhavam em fazendas de cacau na Costa do Marfim e em Gana entre 2018 e 2019. Elas representam 43% das crianças e adolescentes dos dois países da África Ocidental. O estudo avaliou os esforços para a redução do trabalho infantil no setor do cacau na re-

gião e concluiu que áreas que foram alvo de múltiplas intervenções tiveram melhoria nos dados. Mas que o aumento do envolvimento de crianças no setor nas áreas não contempladas pelas intervenções foi tamanha que o saldo é negativo. Procuradas, as empresas afirmaram condenar o trabalho infantil e degradante, bem como as violações de direitos humanos aliadas a eles, e apontaram para iniciativas de combate a esse tipo de exploração infantil protagonizadas por cada uma delas. A Hershey, em nota, afirmou ter o "compromisso de acabar com isso" e acreditar que eliminar essas violações de direitos humanos requer um investimento significativo de intervenção na região da África Ocidental, não nos tribunais". A Nestlé, também por nota, informou que está comprometida "com o combate ao trabalho infantil na cadeia de abastecimento do cacau e com a abordagem de suas causas básicas como parte do Nestlé Cocoa Plan e por meio de esforços colaborativos". A Mondelez, produtora do Toblerone, informou não comentar processos em andamento. A Olam declarou ter "tolerância zero com trabalho forçado ou degradante na sua cadeia produtiva". A Cargill, em nota, afirmou estar "acelerando nossos esforços para lidar com as causas raízes do trabalho infantil". Barry Callebaut afirmou que mantém um código do produtor com parâmetros

que condenam o trabalho infantil. A Mars, por meio de nota, declarou que não comenta processos judiciais. Especialistas avaliam que a indústria se mexeu pouco para alcançar maior rastreabilidade da cadeia produtiva. Segundo o texto da ação ajuizada, a denúncia quer "não só expor crimes do setor do cacau mas também desmantelar a fonte de seus lucros significativos: mão de obra barata adquirida por meio do tráfico infantil. Eles esperam também que, ao falar publicamente sobre os horrores do tráfico e da escravidão infantil, possam educar melhor o público, consumidores e membros do governo". Os meninos alegam terem embarcado num ônibus no Mali, iludidos por promessas de trabalho bem remunerado, e termina do outro lado da fronteira, na Costa do Marfim, em fazendas de cacau onde atuavam sem remuneração.



### INFORME PUBLICITÁRIO

FECOMERCIO SP | FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO

#### NOTA DE REPÚDIO

Na semana passada, a sede do Sindicato do Comércio Varejista de Bauri foi alvo de manifestações condenáveis sob todos os pontos de vista. A FECOMERCIO SP não poderia deixar de se manifestar, em solidariedade ao seu filiado, condenando os atos desses grupos que se contrapõem à democracia, preferindo defender suas ideias no anonimato, com atitudes inaceitáveis que merecem o repúdio de todos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2021.

ABRAM SZAJMAN  
PRESIDENTE

FECOMERCIO SP

CNPJ nº 02.058.182/0001-02 / E. R. R. PLÍNIO BARRETO, 225 / BELA VISTA / CEP 01311-020 / SÃO PAULO/SP